



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE SUPRIMENTOS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância Armada, de forma contínua, para atuar nas dependências do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, Reitoria e seus Câmpus, mediante o regime de contratação indireta, empreitada por preço global.

1.1. Os serviços insertos neste Termo de Referência, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no parágrafo único, do Art. 1º, da Lei Nº 10.520/2002 e no § 1º, do art. 2º, do Decreto Nº 5.450/2005.

1.2. Fazem parte integrante do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

- a) Anexo I:** Modelo de Ordem de Serviço;
- b) Anexo II:** Modelo de Atestado de Vistoria;
- c) Anexo III:** Guia de Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra;
- d) Anexo IV:** Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;
- e) Anexo V:** Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;
- f) Anexo VI:** Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (arts. 19-A e 35 da IN SLTI/MPOG Nº 2, de 2008);
- g) Anexo VII:** Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Objetivo da Contratação:



Propiciar segurança à comunidade e ao patrimônio do IFAL, coibindo e reprimindo eventuais ações lesivas aos mesmos.

2.2. Motivação da Contratação:

A prestação dos serviços de vigilância armada, nas dependências do Instituto Federal de Alagoas, Reitoria e seus Câmpus, se faz necessária, haja vista ser o Instituto destinado à prestação de serviços públicos de educação à sociedade, sendo imprescindível a garantia da segurança aos bens públicos que guarnecem a unidade educacional, bem como dos alunos, servidores, funcionários terceirizados e visitantes.

A contratação se dá em função dos serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção comprometerá a continuidade de suas atividades.

Como se trata de atividade-meio e não há funcionários em quantidade suficiente no quadro de pessoal da Instituição para desempenhar o mencionado serviço, torna-se necessária a sua contratação, de forma contínua e indireta, conforme preconizado pelo Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008 e Lei Nº 9.632, de 07 de maio de 1998.

Além disso, trata-se de contratação de serviços acessórios e complementares, indispensáveis ao bom funcionamento do Instituto, conforme dispõe o Decreto Nº 2.271/1997 e que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional definida no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 do IFAL, qual seja: *“Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável”*.

Vale salientar, ainda, que a presente contratação traz sintonia com o planejamento anual de contratações do Instituto, materializado no Calendário de Compras Comuns 2014, visando a não descontinuidade dos serviços ora prestados através do Contrato Nº 17/2011, o qual contempla as 12 (doze) unidades existentes até 2013, havendo a necessidade de nova licitação para contemplar as demandas das 04 (quatro) novas unidades que iniciaram suas atividades em 2014.

Em virtude do processo de expansão do IFAL, a presente contratação visa atender às demandas das 08 (oito) unidades que funcionam em instalações definitivas, a saber: Reitoria (considerando a locação dos dois prédios para abrigar os setores de Patrimônio e Almoxarifado e a Diretoria de Educação a Distância – DIREAD) e os Câmpus: Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Satuba e Viçosa; assim como os 08 (oito) Câmpus que estão operando em instalações provisórias: Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maragogi, Murici, Rio Largo, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos.

2.3. Benefícios Diretos e Indiretos que Resultarão da Contratação:

A contratação proposta apresenta-se benéfica e vantajosa, uma vez que:



2.3.1. Os serviços serão realizados nas dependências da Reitoria e dos Câmpus do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, por empresa especializada e devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade;

2.3.2. Proporcionará segurança às instalações, compreendendo bens e pessoas que transitam no Instituto.

2.3.3. Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

2.4. Natureza do Serviço:

2.4.1. A contratação deverá ser realizada mediante licitação na modalidade de Pregão, sob a forma eletrônica, visando ampliar o grau de competitividade do certame e tendo em vista que este objeto se enquadra como serviço comum e conta com especificações usuais no mercado e padrões de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência.

2.4.2. Os serviços serão prestados de forma indireta, através de empresa habilitada, no âmbito do IFAL, em conformidade com as normas que regulam o setor. Dada a sua natureza e finalidade, os serviços deverão ser desenvolvidos de forma continuada.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

3.1. Pregão eletrônico, Tradicional, do tipo **MENOR PREÇO ANUAL POR LOTE/GRUPO.**

3.2. Quanto ao agrupamento do objeto do certame em LOTE/GRUPO, tem-se que:

3.2.1. Tendo em vista o melhor acompanhamento e andamento das atividades – as quais se estenderão por todas as Unidades Institucionais – bem como a maior efetividade na fiscalização e gerência dos contratos, resta claro, sob a nossa ótica, que é imprescindível a realização do certame por LOTE.

3.2.2. Some-se a isso o fato de que o serviço em questão será prestado em todas as unidades do IFAL e, portanto, busca-se com o agrupamento das demandas em LOTE/GRUPO garantir a padronização dos serviços prestados. Vale salientar que tal medida reflete o zelo da Administração pela eficiência na execução do contrato, refletindo o entendimento das cortes de controle e da legislação vigente, tomando como exemplo, o Decreto Nº 7.892/2013, que, em seu Art. 8º, § 2º, veda a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

4. FUNDAMENTO LEGAL:

4.1. Lei Nº 10.520/2002, Lei Complementar Nº 123/2006, Decretos Nº 5.450/2005 e Nº 2.271/1997,



Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008, Portarias Nº 6, de 31 de março de 2015, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão e Nº 3.233/2012-DG/DPF, e, subsidiariamente, a Lei Nº 8.666/1993 e suas alterações e legislação correlata.

5. METAS FÍSICAS:

Os serviços serão prestados de acordo com a planilha a seguir:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATSER	EXCLUSIVO ME/EPP	UNID.	QUANT.
1	1	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – REITORIA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	2	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS BATALHA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	3	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS CORURIBE , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	4	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS RIO LARGO , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	5	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS VIÇOSA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	6	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS MACEIÓ , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	7	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS SATUBA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	8	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATSER	EXCLUSIVO ME/EPP	UNID.	QUANT.
1	9	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS MARECHAL DEODORO , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	10	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS ARAPIRACA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	11	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS MARAGOGI , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	12	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS MURICI , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	13	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS PENEDO , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	14	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS PIRANHAS , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	15	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01
	16	Serviço de vigilância armada de 12 horas, de segunda a domingo (Escala: 12 x 36 horas), para o IFAL – CÂMPUS SANTANA DO IPANEMA , compreendendo os Postos de Serviço Diurnos e Noturnos constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	BR0024015	NÃO	Serviço Anual	01

O critério para fins de julgamento da(s) proposta(a) será o de **MENOR PREÇO ANUAL POR LOTE/GRUPO**.

A descrição dos itens apresentada no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br poderá divergir, no todo ou em parte, ao que está descrito na Tabela acima. Nesse caso, a LICITANTE deverá considerar a descrição dos itens da relação apresentada neste Termo de Referência.

5.1. Quantitativo de Postos de Serviço:

Posto de Serviço – é a unidade de medida da prestação de serviços, caracterizado pelo período



durante o qual o posto deverá ser guarnecido por pessoas qualificadas para o desempenho das tarefas. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de postos por Unidade/Câmpus:

UNIDADE / CÂMPUS	QUANTITATIVO DE POSTOS		
	Vigilância Armada DIURNA	Vigilância Armada NOTURNA	Vigilância Armada, MOTORIZADA , DIURNA
Reitoria	03	03	–
Batalha	02	02	–
Coruripe	01	01	–
Rio Largo	01	01	–
Viçosa	02	02	–
Maceió	05	05	–
Satuba	–	04	02
Palmeira dos Índios	03	02	–
Marechal Deodoro	02	03	–
Arapiraca	05	05	–
Maragogi	02	03	–
Murici	02	03	–
Penedo	03	03	-
Piranhas	03	03	–
São Miguel dos Campos	04	04	–
Santana do Ipanema	03	05	–
TOTAL	41	49	02

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado para a presente licitação será orçado pela área de Compras do Órgão Gerenciador, em conformidade com pesquisa de preço de mercado.

7. ESTRATÉGIA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Descrição dos Serviços:

A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pelo Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada para:

7.1.1. Comunicar imediatamente ao Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

7.1.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;



7.1.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança;

7.1.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

7.1.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

7.1.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

7.1.7. Comunicar à área de segurança do Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

7.1.8. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

7.1.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

7.1.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Contratante ou responsável pela instalação;

7.1.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à manutenção da segurança do Contratante, no caso de desobediência;

7.1.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

7.1.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

7.1.14. A depender do Câmpus onde o Posto estiver alocado, proibir a entrada de qualquer animal alheio a instituição, bem como a entrada de pessoas não autorizadas, sendo que, na hipótese de ocorrência de entrada, deverá ser realizada a retirada dos animais e a abordagem das pessoas e tomadas as providências de acordo com os devidos encaminhamentos legais.

7.1.15. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do Contratante, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

7.1.16. No caso do Câmpus Satuba haverá a alocação de Postos de Vigilância Armada Motorizada Diurna, conforme quantitativo constante do **item 5.1** do presente Termo.

7.1.16.1. Para cada Posto de Vigilância Armada Motorizada será disponibilizada, pela Contratada,



uma motocicleta conforme especificado no **item 7.5.9** do presente Termo, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e abastecimento das mesmas de forma a garantir o funcionamento ininterrupto dos Postos;

7.1.16.2. As motocicletas serão utilizadas para realizar rondas ostensivas no **perímetro interno**, ou seja, dentro dos limites do Câmpus Satuba;

7.1.16.3. As rondas deverão ser realizadas constantemente, sem intervalos, no percurso e áreas definidas pela Administração do Câmpus Satuba;

7.1.16.4. Para realizar corretamente as rondas no Câmpus, estima-se que cada motocicleta percorrerá, em média, **600km (seiscentos quilômetros) por mês**. Totalizando 1.200km (um mil e duzentos quilômetros) percorridos por mês pelos dois veículos.

7.1.17. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

7.1.18. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

7.1.19. Registrar e controlar, juntamente com o Contratante, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;

7.1.20. A programação dos serviços será feita periodicamente pelo Contratante e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

7.1.21. Em hipótese alguma, a Empresa Contratada poderá retirar o ocupante de qualquer posto de Serviço do IFAL, durante o cumprimento de sua escala, para “cobrir” a falta de outro vigilante, quer seja em algum Posto de Serviço do IFAL ou em outro local.

7.2. Detalhamento dos Locais onde serão prestados os Serviços de Vigilância:

7.2.1. Reitoria: Está localizada à Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103 (esquina com a Av. Dr. Júlio Marques Luz, antiga Av. Jatiúca) – Jatiúca – Maceió/AL.

A área da Reitoria é de 4.865,00 m² (quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 3.790,00 m² (três mil, setecentos e noventa metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Subsolo	32 (trinta e duas) vagas de garagem; Estacionamento de motos; Sala do gerador; Medidores; Depósito e espaço para o manobrista; 2 (Dois) elevadores; Escada;
Pilotis	Vagas de garagem;

	Espaço para o manobrista; Bicicletário (para oito bicicletas); Copa; Sala de máquinas; Banheiro de serviço; Lavanderia; Terraço de acesso para pedestre; Escada externa; Espera; Recepção; Depósito; Hall de elevadores; 2 (Dois) elevadores; Escada; 2 (Dois) banheiros sociais; 1 (Um) banheiro para portadores de necessidades especiais; Jardins.
Área externa	Calçada; 8 (Oito) vagas para carros; Árvores.
Seis (6) pavimentos tipo	Setores administrativos; Banheiros; Copas; Circulação; Escada; 2 (Dois) elevadores.
Cobertura (7º pavimento)	Setores administrativos; Salas de reunião; Banheiros; Copas; Circulação; Escada; 2 (Dois) elevadores.

Há, ainda, a locação de mais dois prédios para abrigar os setores de Patrimônio e Almoxarifado e a Diretoria de Educação a Distância – DIREAD. Portanto, para o caso específico da Reitoria, o quantitativo de postos informado no **subitem 5.1** do presente Termo, já contempla a previsão dos dois espaços locados.

7.2.2. Câmpus Batalha: Está funcionando no interior do Pólo Tecnológico Agroalimentar de Batalha, à Av. Governador Afrânio Lages, s/n, Bairro: Centro. CEP 57.420-000. Batalha – AL.

A área atual do Câmpus Batalha, situado em sede provisória, é de 2.705,00 m² (dois mil, setecentos e cinco metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 1.053,00 m² (um mil e cinquenta e três metros quadrados).

A futura área do Câmpus Batalha, em sede definitiva, será de 19.514,61 m² (dezenove mil, quinhentos e quatorze inteiros e sessenta e um décimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 6.968,61 m² (seis mil, novecentos e sessenta e oito inteiros e sessenta e um décimos de



metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Direção Geral; 12 (Doze) Salas de aula; 04 (Quatro) Banheiros / vestiários; 05 (Cinco) Laboratórios de informática; Sala de reunião; 04 (Quatro) Laboratórios de eletroeletrônica; Departamento de Administração; 06 (Seis) Salas de coordenação; Sala de professores; Departamento acadêmico; 10 (Dez) Banheiros individuais; Ginásio de esportes e rampa de acesso; Biblioteca e auditório 220 lugares; Almoxarifado; Sala de psicologia e assistência social; Laboratório de física; Laboratório de química; Laboratório de matemática; Laboratório de biologia; Área de vivência, teatro de arena, estacionamento; Guarita de segurança.
---	--

7.2.3. Câmpus Coruripe: Está funcionando na Escola Nelson Araújo Lessa, à Rua Professora Maria Petrúcia dos Santos, s/n, Bairro: Zequinha de Azevedo. CEP 57.230-000. Coruripe -AL.

A área atual do Câmpus Coruripe, situado em sede provisória, é de 1.800,00 m² (um mil e oitocentos metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 1.300,00 m², (um mil e trezentos metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Direção Geral; Departamento administrativo; Departamento acadêmico; 17 (Dezessete) Salas de aula; Laboratório de informática; Biblioteca; 02 (Dois) Laboratórios; 04 (Quatro) Banheiros; Sala de professores; Sala de registro acadêmico; Sala de apoio; Almoxarifado; Pátio; Refeitório; Recepção.
---	---

A futura área do Campus Coruripe, em sede definitiva, será de 12.546,00 m², (doze mil, quinhentos e quarenta e seis metros quadrados) com uma área construída de aproximadamente 6.968,00 m², (seis mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados) contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos	Direção Geral;
--	----------------

bens/equipamentos.	12 (Doze) Salas de aula; 04 (Quatro) Banheiros / Vestiários; 05 (Cinco) Laboratórios de informática; Sala de reunião; 04 (Quatro) Laboratórios de eletroeletrônica; Departamento de administração; 06 (Seis) Salas de coordenação; Sala de professores; Departamento acadêmico; 10 (Dez) Banheiros individuais; Ginásio de esportes; Biblioteca; Almoxarifado; Sala de psicologia e assistência social; Laboratório de física; Laboratório de química; Laboratório de matemática; Laboratório de biologia; Rampa de acesso; Auditório 220 lugares; Área de vivência; Teatro de arena; Estacionamento e guarita de segurança.
--------------------	--

7.2.4. Câmpus Rio Largo: Está funcionando na Escola Projeto Reviver da Infraero, BR 104, Km 91, Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. Bairro: Prefeito Antônio Lins de Souza. CEP 57.100-000. Rio Largo – AL.

A área atual do Câmpus Rio Largo, situado em sede provisória, é de 1.424,00 m² (um mil, quatrocentos e vinte e quatro metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 517,00 m² (quinhentos e dezessete metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Estacionamento; Hall de entrada; 4 (Quatro) Salas de aula; 5 (Cinco) Banheiros femininos; 5 (Cinco) Banheiros masculinos; 4 (Quatro) Salas administrativas; Cozinha; Área de Serviço.
---	--

A futura área do Campus Rio Largo, em sede definitiva, será de 6.969,09 m² (seis mil, novecentos e sessenta e nove inteiros e nove centésimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 5.577,39 m² (cinco mil, quinhentos e setenta e sete inteiros e trinta e nove centésimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Auditório; Bloco de Acesso e Biblioteca; Bloco Pedagógico / Administrativo; Bloco de Serviços e Vivência; Quadra Poliesportiva;
---	---



	Bloco de Ensino Profissionalizante.
--	-------------------------------------

7.2.5. Câmpus Viçosa: Está localizado à Rua Mota Lima, s/n, Bairro Centro. 57.700-000. Viçosa – AL.

A área do Câmpus Viçosa é de 2.240,30 m² (dois mil, duzentos e quarenta inteiros e trinta centésimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 2.714,54 m² (dois mil, setecentos e quatorze inteiros e cinquenta e quatro centésimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	10 (Dez) Salas de aula; 03 (Três) Salas administrativas; 01 (Um) Bloco de banheiros masculino e feminino; Sala de Professores; Auditório com área de apoio; Biblioteca / Sala de vídeo; Laboratório de informática; Cozinha; Despensa; Depósito de material de Limpeza; Pátio coberto.
---	--

7.2.6. Câmpus Maceió: Está localizado à Rua Mizaél Domingues (esquina com a Rua Barão de Atalaia), 75 - Poço – Maceió/AL – CEP: 57.020-600 – Fone: 2126-7000.

A área do Câmpus Maceió é de 60.271,24 m² (sessenta mil, duzentos e setenta e um inteiros e vinte e quatro centésimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 36.186,88 m² (trinta e seis mil, cento e oitenta e seis inteiros e oitenta e oito centésimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas destinadas a atividades administrativas, atividades de ensino e eventos esportivos e culturais com os respectivos bens (mobiliários, equipamentos e veículos)	Portaria principal com entrada de veículos e recepção; Portaria dos alunos, portaria de saída de veículos e portaria de entrada e saída de serviço; Bloco administrativo – 1º e 2º Pavimentos e auditório; Bloco principal de ensino – Térreo, 1º e 2º Pavimentos; Bloco de Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica; Bloco de Química com Biblioteca, SANE, cantina e garagem; Bloco de Informática com Ponto de Cultura e demais salas administrativas; Piscina e casa de máquinas; Coordenadorias de manutenção; Blocos de Urbanização e Edificações; Almoxarifado, patrimônio e gráfica; Ginásio poliesportivo, campo de futebol e espaço multieventos.
---	--

7.2.7. Câmpus Satuba: Está localizado à Rua 17 de Agosto, S/N – Centro – Satuba/AL. CEP: 57.120-000.

A área do Câmpus Satuba é de 157,00 ha (cento e cinquenta e sete hectares), equivalente a 1.570.000,00 m² (um milhão, quinhentos e setenta mil metros quadrados), com uma área construída de



aproximadamente 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Bovinocultura (totalizando aproximadamente 750.000m ²)	Prédio da sala de aula; Curral; Sala de ordenha; Toda área do pasto da várzea até os limites de divisa do Câmpus; Pasto atrás da Suinocultura; Pasto alto do Rio Novo.
Suinocultura	Prédio da sala de aula; Maternidade; Creche; Galpão abaixo da creche; Baías de terminação, crescimento e germinação.
Avicultura	Prédio da sala de aula; Prédio de administração; 02 (Dois) Galpões de galinhas poedeiras; 03 (Três) Galpões de frango de corte.
Agricultura I e II	Ambiente da horta; Ambiente de plantio atrás da Avicultura; Ambiente do Centro de Treinamento; Igreja; 02 (Duas) salas de ferramentas; Ambiente interno e externo das 03 (Três) Estufas.
Agroindústria	Prédio do complexo da Agroindústria (que envolve sala de aula, sala de administração e laboratórios de processamento) e Abatedouro.
Casa do Mel	Ambiente da Casa do Mel.
Fábrica de Ração	Ambiente da Fábrica de Ração.
Agricultura III	Prédio da sala de aula; Toda extensão da área de cultivo da Agricultura III.
Caprino / Ovinocultura (totalizando aproximadamente 750.000m ²)	Complexo do prédio de administração; Aprisco; Curral; Toda área de pasto e mata do outro lado da BR316 entre os limites de divisa com a Mafrial, Usina Utinga e a cidade de Satuba.
Demais áreas construídas	Ginásio de esportes; Garagem de veículos leves; Prédio de apoio aos serviços terceirizados; Prédio sede do Departamento de Administração e Manutenção; Prédio de projetos alternativos; Garagem de máquinas e implementos agrícolas e veículos pesados; Sala de jogos; Depósito do Patrimônio; Carpintaria; Sala de aula de Mecanização; Área de limpeza de veículos; Sala do Patrimônio; Oficina; Complexo do Curso Superior (contendo 03 (Três) salas de aula, 02 (Dois) banheiros, Laboratório de Análise Sensorial, Sala dos Professores, Sala da Coordenação do Curso e Sala do Centro

	Acadêmico); Ginásio Multieventos; Prédio de sala de aula após o Ginásio Multieventos; Prédio do Departamento de Assistência ao Educando; Prédio do Bloco C (contendo 05 (Cinco) salas de aula, 02 (Dois) banheiros e Sala dos Professores); Prédio do Bloco B (contendo 04 (Quatro) salas de aula e Sala do Departamento de Apoio Acadêmico); Prédio do Bloco A (contendo 04 (Quatro) salas de aula e Sala dos Professores); Lavanderia; Lanchonete; Auditório; Biblioteca; Prédio administrativo (2 andares); Refeitório; Complexo da residência estudantil (contendo 12 (Doze) alojamentos, 04 (quatro) banheiros coletivos, prédio da administração da residência estudantil); Complexo administrativo do Departamento de Gestão Agropecuária.
--	--

7.2.8. Câmpus Palmeira dos Índios: Está localizado à Av. Alagoas, S/N – Palmeira de Fora – Palmeira dos Índios/AL. Telefone: (82) 3421-3450 / 3421-3282.

A área do Câmpus Palmeira dos Índios é de 38.611,03 m² (trinta e oito mil, seiscentos e onze inteiros e três centésimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 23.839,20 m² (vinte e três mil, oitocentos e trinta e nove inteiros e vinte centésimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	10 (Dez) Salas de aula; 03 (Três) Salas administrativas; 01 (Um) Bloco de banheiros masculino e feminino; Sala de Professores; Auditório com área de apoio; Biblioteca / Sala de vídeo; Laboratório de informática; Cozinha; Despensa; Depósito de material de Limpeza; Pátio coberto.
---	---

7.2.9. Câmpus Marechal Deodoro: Está localizado à Rua Lourival Alfredo, 176 – Poeira - Marechal Deodoro/AL. CEP: 57.160-000 – Telefone: (82) 3263-1122.

A área do Câmpus Marechal Deodoro é de 38.000,00 m² (trinta e oito mil metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 28.000,00 m² (vinte e oito mil metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Salas de aula; Laboratórios;
---	--



	Pátio aberto; Guarita; Setores administrativos; Banheiros; Área aberta, com estacionamento; Campo de Futebol; Quadra de areia; Quadra de cimento; Espaço de convivência.
--	--

7.2.10. Câmpus Arapiraca: Está funcionando na Escola Hugo Lima, Praça Luiz Pereira Lima, S/N – Centro – Arapiraca/AL.

A área atual do Câmpus Arapiraca, situado em sede provisória, é de 3.500,00 m² (três mil e quinhentos metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	08 (Oito) Salas de aula; 03 (Três) Laboratórios de informática; 02 (Dois) Laboratórios de eletroeletrônica; 02 (Dois) Banheiros coletivos; Departamento de Administração; 03 (Três) Salas de coordenação; Sala de professores; Departamento acadêmico; 03 (Três) Banheiros individuais; Biblioteca; Almoxarifado.
---	---

A futura área do Câmpus Arapiraca, em sede definitiva, será de 19.514,61 m² (dezenove mil, quinhentos e quatorze inteiros e sessenta e um décimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 6.968,61 m² (seis mil, novecentos e sessenta e oito inteiros e sessenta e um décimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Direção Geral; 12 (Doze) Salas de aula; 04 (Quatro) Banheiros / vestiários; 05 (Cinco) Laboratórios de informática; Sala de reunião; 04 (Quatro) Laboratórios de eletroeletrônica; Departamento de Administração; 06 (Seis) Salas de coordenação; Sala de professores; Departamento acadêmico; 10 (Dez) Banheiros individuais; Ginásio de esportes e rampa de acesso; Biblioteca; Almoxarifado; Sala de psicologia e assistência social; Laboratório de física; Laboratório de química;
---	---



	Laboratório de matemática; Laboratório de biologia; Auditório 220 lugares; Área de vivência; Teatro de arena, estacionamento e guarita de segurança.
--	--

7.2.11. Câmpus Maragogi: Está funcionando na FUNDEC – Av. Arnon de Melo, S/N – Gameleiro – Maragogi/AL.

A área atual do Câmpus Maragogi, situado em sede provisória, é de 3.920,00 m² (três mil, novecentos e vinte metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 1.080,00 m² (um mil e oitenta metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Setor administrativo, com diversos ambientes; 11 (Onze) Salas de aula; Laboratório de informática; Sala de professores; Almoxarifado; 02 (Dois) Laboratórios de eletroeletrônica; 02 (Dois) Banheiros coletivos; Departamento de ensino.
---	---

A futura área do Câmpus Maragogi, em sede definitiva, será de 21,00 ha (vinte e um hectares), equivalente a 210.000,00 m² (duzentos e dez mil metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 5.577,36 m² (cinco mil, quinhentos e setenta e sete inteiros e trinta e seis décimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	12 (Doze) Salas de aula; Biblioteca; Auditório 190 lugares; 04 (Quatro) Laboratórios de uso comum; 02 (Dois) Laboratórios de uso especial; Ginásio de esportes; Área de vivência, com praça de alimentação para uma cantina e/ou refeitório; Setor administrativo, com diversos ambientes.
---	---

7.2.12. Câmpus Murici: Está funcionando na Escola Municipal Astolfo Lopes, Conjunto Residencial Astolfo Lopes, S/N – Bairro de Cidade Alta – Murici/AL.

A área atual do Câmpus Murici, situado em sede provisória, é de 2.100,00 m² (dois mil e cem metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 1.385,00 m² (um mil, trezentos e oitenta e cinco metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Laboratório de ciências; Laboratório de informática; Biblioteca; 03 (Três) Salas de coordenação; Sala de professores; 05 (Cinco) Salas de setores administrativos;
---	---



	Almoxarifado; Cozinha; 02 (Dois) Banheiros especiais para portadores de necessidades; 07 (Sete) Banheiros.
--	---

A futura área do Câmpus Murici, em sede definitiva, será de 12.546,00 m² (doze mil, quinhentos e quarenta e seis metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 6.968,61 m² (seis mil, novecentos e sessenta e oito inteiros e sessenta e um décimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Ginásio de esportes; 04 (Quatro) Banheiros / vestiários; 02 (Dois) Laboratórios especiais; 10 (Dez) Banheiros; Casa de bomba; Sala do grêmio estudantil; Almoxarifado de mobiliário; Cozinha; Despensa; Despensa fria; Refeitório; Cantina; 09 (Nove) Salas administrativas; 03 (Três) Laboratórios; 02 (Dois) Almoxarifados dos laboratórios; Biblioteca; Auditório; 12 (Doze) Salas de aula.
---	---

7.2.13. Câmpus Penedo: Está localizado à Rodovia AL101 Sul, Km 5 – Penedo/AL, CEP 57.200-000. Telefone: (82)8113-9211 / 8119-7003.

A área do Câmpus Penedo é de 40.000,00 m² (quarenta mil metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 13.000,00 m² (treze mil metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Guarita e área externa com estacionamento; Recepção de servidores e visitantes; Recepção de alunos; Área interna com salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, refeitório, garagem e almoxarifado; Novas instalações para o curso de aquicultura; Unidade de beneficiamento de pescados; Novas instalações para a vila olímpica.
---	--

7.2.14. Câmpus Piranhas: Está localizado à Av. Sergipe S/N, Bairro de Xingó, Piranhas.

A área do Câmpus Piranhas é de 35.735,29 m² (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco inteiros e vinte e nove décimos de metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 5.703,00 m² (cinco mil, setecentos e três metros quadrados), contendo as seguintes instalações:



Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Pátio; 18 (Dezoito) Salas de aula, em 02 (Dois) Blocos; Cantina; Biblioteca; Almoxarifado; Manutenção; Bloco de Educação Física; Piscina; Bloco administrativo; Auditório; Estacionamento interno e externo; Portaria; 02 (Dois) Laboratórios; Quadra de esportes; Campo de futebol; 02 (Duas) estufas hidropônicas; Bloco de apoio ao ensino, com 02 (Duas) salas e banheiros.
---	---

7.2.15. Câmpus Santana do Ipanema: Está funcionando na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, BR 316, Km 87,5 – Bebedouro – Santana do Ipanema/AL.

A área atual do Câmpus Santana do Ipanema, situado em sede provisória, é de 8.000,00 m² (oito mil metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 4.000,00 m² (quatro mil metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Direção Geral; 10 (Dez) Salas de aula; Laboratório de informática; 02 (Dois) Laboratórios; 02 (Duas) Salas de professores; 06 (Seis) Banheiros coletivos; Departamento acadêmico; Registro acadêmico; Biblioteca; Depósito; Almoxarifado; Coordenação de contabilidade; Coordenação de suprimentos; Departamento de Administração.
---	---

A futura área do Câmpus Santana do Ipanema, em sede definitiva, será de 12.546,00 m² (doze mil, quinhentos e quarenta e seis metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 6.968,61 m² (seis mil, novecentos e sessenta e oito inteiros e sessenta e um décimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	Direção Geral; 12 (Doze) Salas de aula; 04 (Quatro) Banheiros / vestiários; 05 (Cinco) Laboratórios de informática; Sala de reunião; 08 (Oito) Laboratórios;
---	---



	Departamento de administração; 06 (Seis) Salas de coordenação; Sala de professores; Departamento acadêmico; 10 (Dez) Banheiros individuais; Ginásio de esportes e rampa de acesso; Biblioteca; Almoxarifado; Sala de psicologia e assistência social; Auditório, área de vivência e teatro de arena; Estacionamento e guarita de segurança; Fazenda de estação experimental.
--	---

7.2.16. Local provisório do Câmpus São Miguel dos Campos: Está funcionando na Escola Municipal Mário Soares Palmeira, Praça José Inácio, S/N – Centro – São Miguel dos Campos/AL.

A área total do Câmpus São Miguel dos Campos, situado em sede provisória, é dividida com outro estabelecimento de ensino, portanto, a área ocupada pelo Câmpus e que deverá ser garantida com o serviço almejado é de aproximadamente 320,00 m² (trezentos e vinte metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	04 (Quatro) Salas de aula; 02 (Dois) Laboratórios; 02 (Duas) Salas para administrativos; 02 (Dois) Banheiros coletivos.
---	--

A futura área do Câmpus São Miguel dos Campos, em sede definitiva, será de 49.210,00 m² (quarenta e nove mil, duzentos e dez metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 12.546,39 m² (doze mil, quinhentos e quarenta e seis inteiros e trinta e nove décimos de metros quadrados), contendo as seguintes instalações:

Instalações físicas com os respectivos bens/equipamentos.	12 (Doze) Salas de aula; Biblioteca e auditório para 190 lugares; 04 (Quatro) Laboratórios de uso comum; 02 (Dois) Laboratórios de uso especial; Ginásio de esportes; Área de vivência, com praça de alimentação para uma cantina e/ou refeitório; Setor administrativo, com diversos ambientes.
---	--

7.3. Condições dos Serviços:

Esperam-se serviços de alto padrão de qualidade, com ocorrência anual de sinistros igual a zero.

De acordo com artigo 68 da Lei Nº 8.666/1993, a Contratada manterá em todas as cidades das unidades Institucionais que atuar, Preposto aceito pelo Contratante. Os referidos prepostos deverão comparecer à Reitoria ou aos Câmpus sempre que solicitado pelo IFAL.

Os profissionais contratados somente poderão receber ordens para execução de tarefas do Preposto da Contratada, haja vista sua subordinação à mesma.



Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, essas deverão ser dirigidas ao Preposto da Contratada, que se incumbirá de tomar as providências cabíveis.

A Contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FISCALIZAÇÃO do IFAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

A Contratada providenciará imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados, objeto desta licitação.

A Contratada deverá prever toda mão de obra e materiais necessários para garantir os serviços contratados nas áreas do IFAL, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

A Contratada fiscalizará a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

7.4. Horário de Funcionamento dos Postos de Serviços:

7.4.1. Os postos de serviços de vigilância armada diurnos e noturnos deverão funcionar de segunda a domingo, em Escalas de 12 x 36 horas, em horários a serem estabelecidos pelo Contratante, observados os horários de funcionamento das Unidades Institucionais do IFAL.

7.4.1.1. De acordo com o estabelecido no **subitem 7.4.1**, o horário de funcionamento de cada posto de serviço será informado na Ordem de Serviço (OS) que será expedida pelo Contratante para a Contratada, conforme Modelo constante do **Anexo I** do presente Termo, à medida de sua efetiva necessidade de implantação.

7.4.2. Os horários de funcionamento dos postos, poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do Contratante, independente de termo aditivo ao contrato, desde que não ocorra acréscimo na carga horária contratada.

7.5. Do Fardamento e dos Equipamentos de Segurança:

7.5.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de crachás, uniformes e equipamentos de segurança aos seus empregados, sem ônus para o Contratante.

7.5.2. Iniciada a execução do contrato, os empregados da Contratada deverão receber dois conjuntos completos de uniforme. A cada seis meses, ou quando houver necessidade justificada, a Contratada também deverá fornecer novos uniformes completos aos seus funcionários.

7.5.3. A Contratada terá até **05 (cinco) dias** contados da assinatura do Contrato para entrega total dos uniformes aos seus funcionários.

7.5.4. Entende-se por uniformes completos o conjunto de todas as peças que compõem o uniforme, inclusive sapatos e/ou botas.

7.5.5. O custo do uniforme não poderá ser descontado dos empregados da Contratada.

7.5.6. A Contratada deverá fornecer sem ônus ao Contratante, na data de início da vigência do



contrato, todos os materiais e equipamentos de segurança individual exigidos pela legislação vigente. Todos os materiais e equipamentos deverão estar sempre em perfeitas condições de uso e serem efetivos às finalidades à quais se destinam, ou seja, deverão ser substituídos a qualquer momento, sempre que necessário, para manutenção das perfeitas condições de uso e também da efetividade quanto às suas finalidades.

7.5.7. Os uniformes deverão ser confortáveis e de pronta entrega, ou seja, o funcionário informa o seu tamanho e a Contratada entrega o uniforme pronto, de acordo com o tamanho informado.

7.5.8. Ao funcionário que não se enquadrar nos tamanhos de uniformes existentes, a Contratada terá o prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data de início da vigência do contrato, para confecção e entrega dos uniformes.

7.5.9. Os uniformes e demais equipamentos deverão ser entregues aos empregados da Contratada conforme o descrito a seguir e de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, conforme as características que cada Posto exigir:

- a) Calça;
- b) Camisa de mangas compridas e curtas;
- c) Cinto de náilon;
- d) Sapatos;
- e) Meias;
- f) Quepe com emblema;
- g) Jaqueta de frio ou japonsa;
- h) Capa de chuva;
- i) Crachá;
- j) Revólver calibre 38;
- k) Colete a prova de balas;
- l) Cinto com coldre e baleiro;
- m) Munição calibre 38;
- n) Distintivo tipo broche;
- o) Livro de ocorrência;
- p) Cassetete;
- q) Porta-cassetete;
- r) Apito;
- s) Cordão de apito;
- t) Lanterna 3 pilhas;
- u) Pilha para lanterna;
- v) Rádio Comunicador;



x) Motocicletas, tipo Trail, mínimo de 125cc, com no máximo 02 (dois) anos de uso;

y) Combustível para as motocicletas;

z) Manutenção das motocicletas.

8. DA VISTORIA

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones:

- a)** Reitoria: (82) 3194-1155;
- b)** Câmpus Batalha: (82) 8119-1282;
- c)** Câmpus Coruripe: (82) 3194-1188 / 8845-8473;
- d)** Câmpus Rio Largo: (82) 3194-1188;
- e)** Câmpus Viçosa: (82) 8119-7514;
- f)** Câmpus Maceió: (82) 2126-7041 / 8113-8838;
- g)** Câmpus Satuba: (82) 3266-1013 / 8113-9792;
- h)** Câmpus Palmeira dos Índios: (82) 3421-3282 / 8105-4870;
- i)** Câmpus Marechal Deodoro: (82) 3263-1400 / 8113-9243;
- j)** Câmpus Arapiraca: (82) 3522-1448 / 8118-2484;
- k)** Câmpus Maragogi: (82) 3296-2540 / 8113-8987;
- l)** Câmpus Murici: (82) 8113-8625;
- m)** Câmpus Penedo: (82) 8119-7003;
- n)** Câmpus Piranhas: (82) 8119-7514;
- o)** Câmpus São Miguel dos Campos: (82) 8101-5132;
- p)** Câmpus Santana do Ipanema: (82) 8101-3457.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

8.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8.4. O Atestado de Vistoria (**Anexo II**) deverá ser assinado por servidor responsável.

8.5. A empresa que decidir não realizar a vistoria técnica **NÃO** poderá alegar o desconhecimento das condições do local da prestação do serviço para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

8.6. A não realização da vistoria constitui risco típico do negócio que não poderá ser oposto contra a Administração Contratante.



9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

9.2. Emitir ordem de serviço (O.S), nos moldes do Anexo I do presente Termo, para os serviços à medida de sua efetiva necessidade de implantação.

9.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.4. Notificar a Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

9.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.8. Eleger, a critério do Contratante, possíveis agentes para auxílio nas atividades de fiscalização.

9.9. Atestar através do(s) fiscal(is) do Contrato ou de seus auxiliares as Notas Fiscais emitidas pela Contratada, após certificada a adequada prestação dos serviços.

9.10. Aplicar penalidades por descumprimento do contrato.

9.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.11.1. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

9.11.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.11.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.12. Caberá à Administração a conferência dos documentos apresentados pela Contratada através do fiscal do contrato.

9.13. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização do corpo funcional necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2 Comprovar, antes de iniciar a prestação dos serviços, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificados de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

10.3. Emitir Nota Fiscal individual por Unidade Institucional do IFAL de acordo com os serviços prestados em cada uma. Devendo, ainda, entregar a nota fiscal acompanhada dos demais documentos relacionados no **subitem 15.1** do presente Termo, na respectiva Unidade da prestação do serviço.

10.4. Iniciar os serviços nas dependências do IFAL - Reitoria e demais Câmpus, no prazo de **5 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço – O.S. (**Anexo I**), com o quantitativo de postos indicado nessa, mediante disponibilização de pessoal nos respectivos postos de trabalho, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço nos locais estabelecidos.

10.5. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a relação contida no **subitem 7.5.9** deste Termo de Referência.

10.6. Apresentar ao Contratante, no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados da assinatura do contrato, a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registros de Armas” e “Portes de Armas”, que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos de Vigilância Armada.

10.7. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos.

10.8. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

10.9. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

10.10. Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

10.11. Fornecer os crachás, uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência.

10.12. Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.13. Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da



Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

10.14. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos e despesas de deslocamento a seus empregados.

10.15. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá.

10.16. Apresentar ao Contratante, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração.

10.17. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Administração.

10.18. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente (dobra).

10.19. Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

10.20. Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

10.21. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

10.22. Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos. Quando se tratar de faltas imprevisíveis, a Contratada deverá substituir o funcionário no prazo máximo de **1 (uma) hora** para as localidades da capital e no prazo máximo de **3 (três) horas** para as localidades no interior do Estado, contados do início do expediente.

10.22.1. Caso não ocorra a substituição dos empregados, nos termos do **subitem 10.22**, haverá a glosa dos serviços não executados.

10.23. Manter preposto, aceito pela Administração do Contratante, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

10.24. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que a Administração julgar necessário e, em especial se ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.

10.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

10.26. Instruir seus prepostos a repassar aos ocupantes dos postos de serviço as normas internas disciplinares, regimentais e de Segurança e Medicina do trabalho do Contratante, em cada unidade do IFAL. A necessidade de cumprimento de normas do Contratante, não caracteriza, sob hipótese alguma, qualquer



vínculo empregatício com o mesmo.

10.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.28. Estabelecer plano de trabalho, discriminando, de forma clara e precisa, as responsabilidades de todos os empregados, inclusive, nas hipóteses de situações emergenciais.

10.29. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

10.30. Relatar ao IFAL – Reitoria e Câmpus – toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

10.31. Fornecer para cada Portaria uma lanterna grande do tipo longo alcance e mantê-la em pleno funcionamento durante todo o Contrato em condições de funcionamento.

10.32. Fornecer para cada Portaria e para o Vigilante Rondante um rádio comunicador com potência suficiente para recepção e transmissão em todas as áreas internas, com baterias e carregadores. No caso de quebra ou mal funcionamento de algum dos rádios, a Contratada deverá providenciar o conserto ou a substituição no prazo máximo de **10 (dez) dias**.

10.33. Fornecer para os Postos de Vigilância Armada Motorizados, as motocicletas, tipo Trail, com no mínimo 125 cc e no máximo 2 (dois) anos de uso, bem como, combustível e manutenção das mesmas.

10.34. Disponibilizar na Portaria Principal de cada unidade, um livro apropriado para ocorrências e orientar os vigilantes de todas as portarias sobre a obrigação de anotar diariamente os fatos relevantes.

10.35. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

10.36. Pagar os salários aos empregados colocados à disposição da Contratante, através de depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

10.37. No momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração Contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.38. Entregar ao Contratante, no primeiro mês da prestação dos serviços e sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, os documentos de acordo com relação descrita a seguir:

10.38.1. Cópia do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, relativos à categoria profissional a que pertencem os trabalhadores, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;



10.38.2. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.38.3. Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

10.38.4. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

10.39. Entregar **até o dia trinta do mês seguinte** ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

10.39.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.39.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.39.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

10.39.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

10.39.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.40. Entregar, quando solicitado pela Administração, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, quaisquer dos seguintes documentos:

10.40.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

10.40.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante;

10.40.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

10.40.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

10.40.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

10.41. Entregar, quando da extinção ou rescisão do contrato, em até **10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços**, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, a documentação abaixo relacionada:

10.41.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;



10.41.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

10.41.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

10.41.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

10.42. A documentação contida no **item 10.40** será analisada pelo Contratante no prazo de **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais **30 (trinta) dias**, justificadamente.

10.43. Emitir Notas fiscais/Faturas individualmente para cada Câmpus e para a Reitoria de acordo com os serviços prestados em cada Unidade do IFAL.

10.44. Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade.

10.45. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.46. Cumprir fielmente os acordos coletivos, bem como as obrigações trabalhistas.

10.47. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Contrato.

10.48. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

10.49. Manter o **endereço, número de telefone e endereço de e-mail** permanentemente atualizados.

10.50. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. É de responsabilidade da licitante que vier a ser contratada, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, constantes do art. 6º e seus incisos, da IN n.º 01, de 19 de janeiro 2010, da SLTI/MPMOG, e ainda:

11.1.1. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;



11.1.2. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

11.1.3. Comprovar a formação técnica específica dos vigilantes;

11.1.4. Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente em que se prestará o serviço;

11.1.5. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

11.1.6. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

11.1.7. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro, de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

11.1.8. Utilizar, na prestação dos serviços contratados, veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE) / Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível;

11.1.9. Orientar sobre o cumprimento por parte dos funcionários das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e saúde dos usuários e circunvizinhança;

11.1.10. Utilizar somente equipamentos e materiais de intercomunicação, como rádios, lanternas e lâmpadas de menor impacto ambiental;

11.1.11. Observar a Resolução CONAMA Nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados como chumbo, cádmio e mercúrio;

11.1.12. Utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

11.1.13. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços.

12. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O acompanhamento, a fiscalização, a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, será efetuado por meio do gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.



12.2. O Contratante poderá indicar agentes de seu quadro funcional para auxílio das atividades de fiscalização.

12.3. O fiscal do contrato e seus auxiliares deverão seguir o disposto no **Anexo III** deste Termo e no Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 02, de 30 de abril de 2008, e suas alterações.

12.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

12.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei N° 8.666, de 1993.

12.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei N° 8.666, de 1993.

12.7. A fiscalização do contrato, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

12.8. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestor de contrato deverão oficialiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB.

12.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestor de contrato deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

12.10. Além do exposto acima, a fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

12.10.1. Atestar a Nota Fiscal/Fatura como condição para o pagamento;

12.10.2. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

12.10.3. Comunicar à Pró-Reitoria de Administração ou à Diretoria de Administração sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento para que sejam tomadas as devidas providências;

12.10.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição provisória de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;



12.10.5. Reunir-se, na unidade Institucional de fiscalização, no mínimo 01 (uma) vez a cada mês, com o representante da Contratada, para tratar de assuntos ligados à execução do Contrato;

12.10.6. A reunião acima será previamente agendada pelo FISCAL diretamente pela Administração, através de comunicado escrito ao preposto da Contratada; e

12.10.7. Emitir ordem de serviço (O.S), conforme Modelo constante do **Anexo I** do presente Termo, para os serviços à medida de sua efetiva necessidade de implantação.

13. DO DETALHAMENTO DA PROPOSTA E A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

13.1. Mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a) em sessão pública, as proponentes convocadas deverão apresentar proposta, via sistema, que deverá, obrigatoriamente, conter os seguintes requisitos:

13.1.1. Razão social, endereço, CEP, CNPJ, números de telefone, fax e e-mail;

13.1.2. Proposta de preços, datada e devidamente atualizada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

13.1.3. Indicação dos acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço;

13.1.4. Os preços finais devem ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

13.1.5. Valor anual por LOTE;

13.1.6. ATENÇÃO: O registro da proposta no sistema deverá ser feito, obrigatoriamente, pelo **VALOR GLOBAL ANUAL**. A não observância desta regra acarretará a desclassificação da proposta.

13.2. Após solicitação do(a) pregoeiro(a), via “chat”, a licitante deverá encaminhar junto com a proposta descrita no **subitem 13.1**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS com detalhamento de todos os elementos que impactam no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais.

13.3. Entenda-se como PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS o documento a ser apresentado pelos proponentes, conforme **Anexo IV** deste Termo, contendo o detalhamento dos custos que compõem os preços, discriminando os seguintes itens:

13.3.1. Valor da remuneração fixada para a categoria profissional em acordo coletivo de trabalho, ou outro equivalente, englobando salário e demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista;

13.3.2. Encargos sociais incidentes sobre a remuneração e demais itens componentes do preço ofertado, minuciosamente discriminados;

13.3.3. A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (**Anexo IV**) deverá ser elaborada observando os quantitativos estabelecidos no **subitem 5.1** deste Termo de Referência;



13.3.4. A planilha deverá ser elaborada em observância ao estatuído no Acórdão TCU Nº. 950/2007, respeitando a exequibilidade no caso de impostos faturados. Para fins de aferição da exequibilidade da proposta o **licitante deverá informar o regime tributário adotado;**

13.3.5. Para composição das PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, deverá ser utilizada a Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, com todas suas alterações e Portaria SLTI/MPOG Nº 15, de 26 de março de 2014;

13.3.6. A planilha de custo deverá seguir o modelo constante da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008.

13.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO ANUAL POR LOTE/GRUPO.**

13.5. Das Instruções para Elaboração da Planilha de Custos:

13.5.1. A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS deverá ser apresentada pelos proponentes, contendo o detalhamento dos custos que compõem os preços, conforme modelo baseado na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, com todas suas alterações e em observância à Portaria SLTI/MPOG Nº 15, de 26 de março de 2014;

13.5.2. Deverá ser apresentada uma PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS para cada localidade e categoria profissional, observada a quantidade total estimada;

13.5.3. As licitantes deverão indicar seu regime tributário para fins de aferição da exequibilidade da proposta;

13.5.4. A licitante deverá apresentar todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a remuneração dos seus empregados, utilizando na construção de suas PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, percentuais estabelecidos pela legislação vigente ou deduzidos de estimativas baseadas em estatísticas oficiais ou institucionais (nacionais, regionais ou locais) ou em dados críveis ou reais da própria empresa, podendo ser dela exigido, a qualquer momento, a demonstração analítica dos cálculos desses percentuais ou sua efetiva comprovação;

13.5.5. A licitante deverá ainda estimar os insumos especificamente relacionados à disponibilização de pessoal que devem compor os custos de mão de obra, tais como gastos com alimentação, deslocamentos ao trabalho, seguros de vida, assistência médica, fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual. Para essa estimativa, deverão ser consideradas as exigências da legislação vigente ou aquelas definidas em acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho, podendo ser também exigido da empresa, a qualquer momento, a demonstração analítica dos cálculos desses percentuais e valores;

13.5.6. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada, conforme Acórdão Nº 950/2007 – Plenário do TCU – Tribunal de Contas da União ratificado por reiterados entendimentos posteriores;

13.5.7. A licitante optante pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional, que venha a ser



contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar Nº 123/2006;

13.5.8. A licitante vencedora, a que se refere o **subitem 13.5.7**, após a assinatura do contrato, até o prazo de **90 (noventa) dias**, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) à Receita Federal do Brasil - RFB, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

13.5.9. Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio IFAL, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

13.5.10. Como as empresas optantes pelo Simples Nacional desvincular-se-ão desse sistema quando da contratação, não é possível que apresentem propostas contemplando os benefícios tributários correspondentes, posto que, uma vez baixado o registro, estarão sujeitas ao sistema normal de tributação.

13.6. As Planilhas que apresentarem erros e/ou vícios serão rejeitadas, ensejando sua desclassificação, permitida a realização de ajustes pelo proponente desde que o valor global proposto não seja acrescido.

13.6.1. A quantidade de ajustes possíveis de serem realizados nas Planilhas será definida pelo Pregoeiro na Sessão Pública, mediante comunicação via chat.

13.7. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) a promoção de quaisquer diligências julgadas necessárias para a análise e julgamento das planilhas de custos e composição de preços.

14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1. Habilitação Jurídica:

14.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão



competente, quando a atividade assim o exigir.

14.2. Regularidade Fiscal:

14.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

14.2.2. Prova de regularidade relativa a créditos tributários federais e à dívida ativa da União: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida pela Secretaria da Receita Federal;

14.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade e Situação – CRS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

14.2.4. Prova de regularidade relativa aos débitos previdenciários: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

14.2.5. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

14.3. Qualificação Econômico-financeira:

14.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG, superiores a 1 (um);

14.3.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

14.3.3. Comprovação de patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data da apresentação da proposta;

14.3.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo V**, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no **subitem 14.3.3**, observados os seguintes requisitos:

a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e

b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado



do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

14.3.5. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

14.3.6. A comprovação de regularidade jurídico-fiscal de ME e EPP dar-se-á de acordo com os artigos 42 e 43, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a LICITANTE prestou ou está prestando serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, em papel timbrado da empresa;

14.4.1.1. Entende-se como compatível, no que se refere ao prazo, a demonstração de deter uma experiência mínima de **03 (três) anos** no mercado do objeto licitado, ou seja: experiência mínima de **03 (três) anos** de prestação de serviços de vigilância armada. A definição de experiência temporal mínima encontra guarida no Acórdão TCU 2939/2010 – Plenário;

14.4.1.2. Entende-se como compatível, no que se refere à quantidade, a demonstração de ter prestado serviços com a disponibilização de no mínimo **46 (quarenta e seis) postos de vigilância armada**, o que corresponde a **50% (cinquenta por cento)** da contratação pretendida, conforme exige o Art. 19, § 7º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2/2008;

14.4.1.3. Para a comprovação da experiência mínima e do quantitativo mínimo previstos, respectivamente, nos **subitens 14.4.1.1 e 14.4.1.2** será aceito o somatório de atestados;

14.4.1.4. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

14.4.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, **01 (um) ano** do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

14.4.3. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

14.5. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.



14.6. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão Nº 1.793/2011 do Plenário, serão realizadas, ainda, consultas:

14.6.1. ao **CEIS** (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), disponível no sítio www.portaltransparencia.gov.br; e

14.6.2. ao **Cadastro Nacional de Condenações por improbidade Administrativas (CNCIA)** do Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, com vistas a identificação de possíveis registros impeditivos da contratação.

14.7. Declaração de que o licitante instalará escritório na cidade de Maceió, a ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias** contados a partir da data da apresentação das Notas Fiscais / Faturas, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, que constam abaixo:

15.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única;

15.1.2. Regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.

15.2. As Notas fiscais deverão ser emitidas individualmente para cada Câmpus e para a Reitoria de acordo com os serviços prestados em cada Unidade do IFAL.

15.2.1. Os pagamentos ocorrerão nas Unidades Gestoras dos Campus vinculados ao contrato, em virtude da desconcentração administrativa levada a efeito pela Portaria nº 1.323/GR, de 14 de agosto de 2012, permitindo que os pagamentos sejam feitos nas plataformas de cada Câmpus.

15.3. Somente será efetuado o pagamento dos serviços efetivamente prestados, cujo início se dará por autorização do Fiscal do Contrato, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço – O.S. (**Anexo I**) para esta finalidade.

15.4. O pagamento somente será efetuado após o “ATESTO”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

15.5. O “ATESTO” fica condicionado à verificação da conformidade das Notas Fiscais / Faturas apresentadas pela Contratada com os serviços efetivamente prestados, bem como da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,



mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei Nº 8.666/1993.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

15.7. Antes do pagamento, o Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

15.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

15.8.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

15.8.2. Contribuição previdenciária, correspondente a **11% (onze por cento)**, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

15.8.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar Nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

15.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.10. Será considerada como data do pagamento o dia da entrega da respectiva ordem bancária no agente financeiro.

15.11. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de **6% (seis por cento)** ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} = \frac{(TX/100)}{365} = 0,0023014$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15.13. Nos termos do Art. 36, §5º, na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos serão instruídos com as justificativas e motivos, e serão submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

15.14. Nos termos do Art. 19-A da Instrução Normativa Nº 02, de 30 de abril de 2008, as provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pelo Contratante serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas, exclusivamente em instituição financeira oficial, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Contratante.

15.15. O montante do depósito mensal vinculado será igual ao somatório dos valores dos submódulos 4.2, 4.4. e 4.5 letra “A” acrescido da incidência do submódulo 4.1 da planilha de formação de custos.

15.16. A abertura, depósitos e resgates da conta vinculada – bloqueada para movimentação e demais procedimentos obedecerão à sistemática prevista no Art. 19-A da Instrução Normativa Nº 02, de 30 de abril de 2008.

15.17. O faturamento mensal deverá ser formalizado com o valor mensal integral dos serviços, incluídos os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas diferidos mencionados no **subitem 15.15**, sendo que dos pagamentos mensais serão deduzidas as provisões citadas.

15.18. Mensalmente, a Administração poderá ainda reter os valores correspondentes ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e realizará diretamente o depósito dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica.

15.19. De acordo com o COMUNICA Nº 055716, de 02/12/2009 da DLSG/SIASG-MP o recolhimento das provisões previstas no Termo de Referência, **subitem 15.15**, só serão efetuadas após a disponibilização de procedimentos padronizados para toda a esfera federal, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

15.20. A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a



vigência do Contrato.

15.21. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a empresa deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

15.22. O Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa. A autorização de movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

15.23. A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de **03 (três) dias**, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

15.24. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício.

As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou mediante apostilamento nos termos do parágrafo 8º do Art. 65 da Lei Nº 8.666/1993.

17. DO CONTRATO

17.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Será firmado um Termo de Contrato para cada Unidade do IFAL dotada de autonomia administrativa, de acordo com as condições estipuladas para cada uma no presente Termo de Referência.

17.2.1. A convocação para assinatura do instrumento contratual, portanto, poderá ser realizada pelas Unidades do IFAL de forma individual e independente.

17.3. O prazo previsto no **subitem 17.1** poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.



17.4. No momento da contratação, a Adjudicatária deverá apresentar os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço.

17.5. No momento da assinatura do contrato, mediante assinatura da Autorização constante do **Anexo VI** deste Termo, a Adjudicatária deverá autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea “k” do inciso XIX do art. 19 da Instrução Normativa Nº 02/2008, e a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

17.6. Antes da assinatura do Contrato, o Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.7. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato.

17.9. As supressões resultantes de acordo celebrado entre Contratantes e Contratada poderão superar o limite legal de **25% (vinte e cinco por cento)**.

17.10. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato.

17.11. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.12. Durante a vigência do Contrato, a fiscalização será exercida por um representante do Contratante, e por seus auxiliares, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

17.13. O Contrato somente será considerado como completamente executado, dentre outros fatores, quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze meses)** contados da sua assinatura.



18.2. O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo ao contrato, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Nº 8.666/1993, quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

18.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

18.2.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

18.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

18.2.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

18.3. Para fins de prorrogação contratual, a vantajosidade econômica do Contrato fruto do presente certame estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nos seguintes casos:

18.3.1. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;

18.3.2. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

18.4. Os valores da presente contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

18.4.1. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MPOG, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

18.5. Será realizada negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

18.6. Não haverá prorrogação do contrato quando:

18.6.1. Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

18.6.2. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

19. DA GARANTIA

19.1. A Contratada apresentará garantia, no prazo de até **10 (dez) dias** após a assinatura do Contrato, correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, com validade desde a assinatura do contrato até **3 (três) meses** após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei Nº 8.666/1993.

19.1.1. A Contratada pode optar pelas modalidades de garantia expressas na Lei Nº 8.666/1993, ou



seja, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

19.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de **2% (dois por cento)**.

19.2. Após o término da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, inclusive o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída.

19.2.1. A garantia só será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa Nº 02/2008.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 19.5** deste Termo.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do Contratante.

19.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

19.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

19.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

19.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo Contratante, para quaisquer das hipóteses permitidas legalmente e listadas no **subitem 19.5**, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

19.7. O atraso na apresentação ou reposição da garantia superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Nº 8.666/1993.

19.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

19.9. A garantia será considerada extinta:

19.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração,



mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

19.9.2. 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

19.10. O Contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

19.10.1. Caso fortuito ou força maior;

19.10.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

19.10.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

19.10.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

19.11. A qualquer tempo, mediante comunicação ao Contratante, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no art. 56 e o disposto no art. 65, inciso II, alínea “a”, da Lei Nº 8.666/1993.

19.12. No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

19.13. Nas eventuais repactuações, a Contratada se comprometerá a aumentar a garantia prestada com os valores providos pela Administração e que não foram utilizados para o pagamento de férias.

20. DA REPACTUAÇÃO

20.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a **12 (doze) meses**, desde que seja observado o interregno mínimo de **01 (um) ano** das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 2.271, de 1997, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de abril de 2008, e alterações introduzidas pela IN Nº 03/2009 da SLTI/MPOG, art.37 a 41-B.

20.2. A Repactuação para fazer face à elevação dos custos do Contrato, respeitada a anualidade de que trata o **subitem 20.1**, e que vier a ocorrer durante a vigência do Contrato, é direito da Contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

20.3. A Repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.4. O interregno mínimo de **01 (um) ano** para a primeira repactuação será contado a partir:



20.4.1. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

20.4.2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

20.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

20.6. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS e, ainda, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

20.7. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrada a nova convenção ou acordo coletivo da categoria, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

20.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

20.9. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação do aumento de custos, considerando-se:

20.9.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

20.9.2. As particularidades do contrato em vigência;

20.9.3. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

20.9.4. A disponibilidade orçamentária do órgão contratante.

20.10. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.11. O prazo referido no **subitem 20.10** ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

20.12. As repactuações serão formalizadas por meio de Termo Aditivo ao Contrato, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

20.13. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

20.14. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação preclui com a assinatura da prorrogação



contratual subsequente à data do fato gerador que lhe deu ensejo ou com o encerramento do Contrato, e nova solicitação somente poderá ser pleiteada com o surgimento de novo fato gerador.

20.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

O Instituto Federal de Alagoas poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que assista à Contratada o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei Nº 10.520/2002, pelo Decreto Nº 5.450/2005 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/1993.

22. DAS SANÇÕES

22.1. Nos termos do Art. 87 da Lei Nº 8.666/1993 o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades:

22.1.1. ADVERTÊNCIA – Feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada, ficando estabelecido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para cumprimento das obrigações descumpridas, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem às demais penalidades;

22.1.2. MULTA MORATÓRIA – Conforme abaixo especificado:

22.1.2.1. De **0,5%** sobre o valor global da contratação, por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de **10 (dez) dias**, independentemente das demais sanções cabíveis. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

22.1.2.2. Como percentual, de acordo com o grau de infração disposto na tabela abaixo, incidente sobre o valor mensal do contrato vigente, na data da ocorrência do fato:



GRAU	PERCENTUAL
1	0,5%
2	1,0%
3	2,0%
4	3,0%
5	4,0%

INFRAÇÕES	GRAU
Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço, por vez de ocorrência.	1
Deixar de observar as determinações da CONTRATANTE quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por vez de ocorrência.	1
Deixar de reparar ou substituir, no prazo estabelecido, equipamento danificado, por equipamento e por dia.	1
Deixar de atender solicitação formal realizada pela CONTRATANTE, por solicitação.	1
Deixar de cumprir as demais exigências do contrato não previstas nesta tabela de multas, por item por ocorrência.	1
Manter em serviço número de empregados inferior ao contratado, por empregado e por dia.	1
Deixar de substituir empregado que se apresentar sem uniforme e seus complementos, por empregado e por dia.	2
Deixar de apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por dia.	2
Deixar de cumprir a orientação do órgão fiscalizador quanto à execução dos serviços, por ocorrência.	2
Deixar de comunicar, por escrito, à CONTRATADA, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido.	3
Permitir que o empregado se apresente com uniforme sujo, rasgado ou em condições inadequadas, por ocorrência.	3
Atraso na documentação exigida no contrato, por ocorrência.	3
Deixar de apresentar a garantia, por dia, até o limite de 2%.	3
Deixar de fornecer uniforme e seus complementos, aos seus empregados, por empregado e por dia.	4
Descontar, indevidamente, do salário dos seus empregados o custo do uniforme, calçado e equipamento de proteção individual, por empregado.	4
Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.	5
Deixar de recolher o FGTS e as contribuições sociais previdenciárias dos empregados, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação.	5
Deixar de cumprir demais obrigações trabalhistas, por empregado e por dia.	5



22.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a Administração Pública, pelo prazo não superior a **05 (cinco) anos**;

22.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, concedida quando a Contratada ressarcir à Administração, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. Caso haja recusa na execução dos serviços ou os mesmos forem realizados fora do avençado, poderá o Contratante, após oficial para que se regularize a situação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, providenciar para que o mesmo seja efetivado por terceiro, às expensas da Contratada.

22.3. Não havendo mais interesse do Contratante na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da Contratada de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada a multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor global para **12 (doze) meses** da contratação, nos termos do inciso II, do Artigo 87, da Lei Nº 8.666/1993.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a Contratada, nos termos dos Artigos 87 e 88 da Lei Nº 8.666/1993, e nas disposições da Lei Nº 10.520/2002.

22.6. As penalidades previstas poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente mediante aplicação do Princípio da Proporcionalidade em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

22.7. Caso o valor da multa não seja recolhido nos termos estabelecidos pelo Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos mensais a que fizer jus a contratada ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei Nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de **1,0% (um por cento)** ao mês.

22.8. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



23. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei Nº 9.784, de 1999, o IFAL, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotará providências acauteladoras, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Responsáveis pelo Termo:

HEVERTON LIMA DE ANDRADE
Chefe do Departamento de Compras

WELLINGTON SPENCER PEIXOTO
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Aprovo:

WELLINGTON SPENCER PEIXOTO
Reitor-Substituto do IFAL